



VARIA: Artigo



**AGRICULTURA URBANA, RELAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: UM
OLHAR SOBRE MAPUTO, MOÇAMBIQUE**

**URBAN AGRICULTURE, RELATIONS AND DEVELOPMENT: A LOOK AT
MAPUTO, MOZAMBIQUE**

**AGRICULTURE URBAINE, RELATIONS ET DÉVELOPPEMENT: UM REGARD SUR
MAPUTO, MOÇAMBIQUE**

Axel Prestes Dürrnagel; Matias Siueia Júnior & Simone Prestes Dürrnagel

96

Axel Prestes Dürrnagel
Doutorando em Geografia Social,
Universidade de Bayreuth, Alemanha
axel.duerrnagel@uni-bayreuth.de

Matias Siueia Júnior
Agrônomo e Mestre em Ciência do solo,
Conselho Municipal de Maputo,
Moçambique
siueia.junior@gmail.com

Simone Prestes Dürrnagel
Arquiteta e Urbanista e Mestre em
Antropologia Social, Brasil
prestes.duerrnagel@gmail.com.br

Como citar
DÜRRNAGEL, A. P.; JÚNIOR, M. S.;
DÜRRNAGEL, S. P. Agricultura urbana, relações
e desenvolvimento: um olhar sobre Maputo,
Moçambique. **Boletim GeoÁfrica**, v. 1, n.2, p.
96-119, abr.-jun. 2022

Recebido: 01/05/2022

Aceite: 26/05/2022



RESUMO. Na capital moçambicana, Maputo, o fenômeno da agricultura urbana encontra-se num ponto crítico. Constituído por uma longa história, satisfaz a demanda da provisão da alimentação e cria meios de subsistência. Entretanto, o crescimento urbano acelerado e os impactos das mudanças climáticas comprometem os espaços agrícolas de forma crescente. O acesso à informação e o compartilhamento de conhecimento são fundamentais para os agricultores conseguirem enfrentar estes desafios. Considerando que o espaço urbano é o produto de inter-relações, este estudo tem o propósito de investigar as relações entrelaçadas aos agricultores que promovem o desenvolvimento sustentável. Um estudo de caso qualitativo com ênfase nas associações de camponeses no distrito urbano de KaMavota foi realizado. Os resultados indicam que, por um lado, as relações horizontais entre os agricultores permitem o compartilhamento e o acesso às informações relevantes e criam capital social. Por outro lado, as relações verticais entre os agricultores e o governo promovem a troca de conhecimentos e competências que se referem sobretudo à extensão agrícola e atribuição de direitos de terra. Face à emergência de demanda de locais que concentram produções agrícolas, fortalecemos o papel central que a agricultura urbana desempenha para tornar o desenvolvimento mais sustentável.

Palavras-chave: Agricultura Urbana. Maputo. Espaço Relacional. Capital Social. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT. In the Mozambican capital Maputo, the phenomenon of urban agriculture arrived at a critical point. It builds on a long history of meeting the demand for local food provision and sustaining livelihoods. Accelerated urban growth and the impacts of climate change, however, are increasingly compromising agricultural areas. Access to information and the sharing of knowledge are crucial for farmers to meet these challenges. Considering that urban space is the product of interrelations, this study aims to investigate the intertwined relationships of farmers that promote sustainable development. A qualitative case study with a focus on farmers' associations in the urban district KaMavota was conducted. The results indicate that, on the one hand, horizontal relationships among farmers enable the sharing and access to relevant information while creating social capital. On the other hand, vertical relations between farmers and the government promote the exchange of knowledge and entitlements referring, above all, to agricultural extension and the allocation of land use titles. Considering the emerging demand for places that concentrate agricultural production, we strengthen the central role that urban agriculture plays in making development more sustainable.

Keywords: Urban Agriculture. Maputo. Relational Space. Social capital. Sustainable Development.

RESUMÉ. Dans la capitale mozambicaine, Maputo, le phénomène de l'agriculture urbaine est à un point critique. Produit d'une longue histoire, elle satisfait la demande de nourriture et crée des moyens de subsistance. Cependant, la croissance urbaine accélérée et les impacts du changement climatique compromettent de plus en plus les espaces agricoles. L'accès à l'information et le partage des connaissances sont essentiels pour que les agriculteurs puissent faire face à ces défis. Considérant que l'espace urbain est le produit d'interrelations, ce texte vise à étudier les relations entrelacées entre agriculteurs qui favorisent le développement durable. Une étude de cas qualitative mettant l'accent sur les associations paysannes dans le district urbain de KaMavota a été réalisée. Les résultats indiquent que, d'une part, les relations horizontales entre agriculteurs permettent le partage et l'accès à des informations pertinentes et créent un capital social. D'autre part, les relations verticales entre les agriculteurs et le gouvernement favorisent l'échange de connaissances et de compétences qui se réfèrent principalement à l'expansion agricole et à l'attribution des droits fonciers. Face à l'émergence de la demande des lieux qui concentrent productions agricoles, nous renforçons le rôle central que joue l'agriculture urbaine pour rendre le développement plus durable.

Mots-clés : Agriculture urbaine ; Maputo ; Espace relationnel ; Capital social ; Développement durable

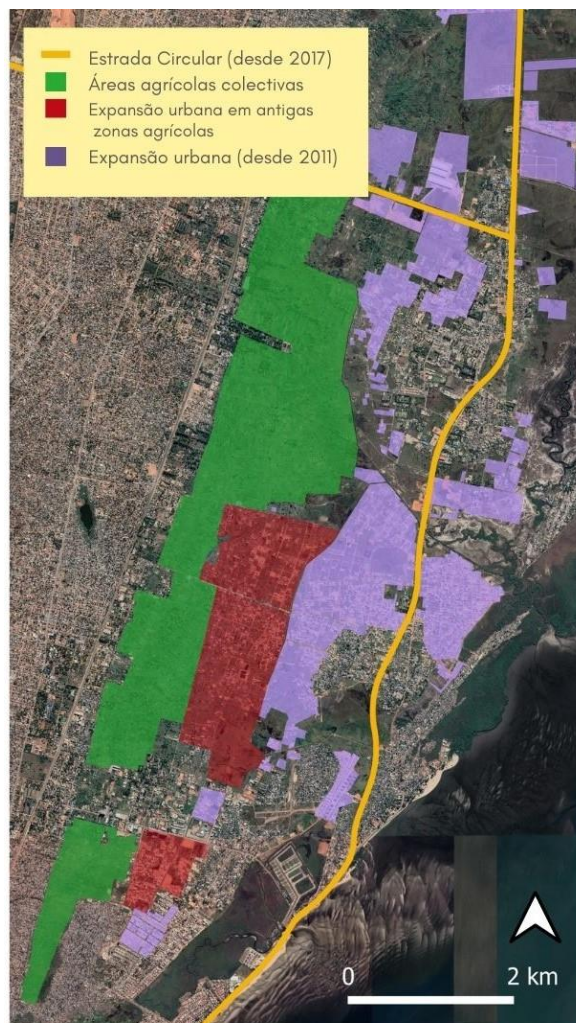


INTRODUÇÃO

Em muitas cidades da África subsaariana, a agricultura urbana e peri-urbana é um fenômeno sócio-espacial determinante. Particularmente na capital moçambicana, Maputo, é constituída por uma longa história de práticas socioespaciais multifacetadas. Além de satisfazer a demanda da provisão da alimentação para os cidadãos, o cultivo de hortícolas garante a subsistência de milhares de famílias. A atividade coletiva em associações é uma característica chave da agricultura urbana em Maputo e as chamadas zonas verdes constituem a sua peculiaridade espacial. Representando as zonas agrícolas tradicionais, as zonas verdes estão localizadas em quatro de sete distritos municipais. Eles acolhem mais de 10.000 agricultores que juntos cultivam cerca de 1.300 hectares. A produção implica sobretudo produtos hortícolas de folha com a vantagem de uma rápida rotação. Além dos agricultores, é estimado que cerca de 40.000 pessoas se beneficiam economicamente destas áreas e que até 20% das famílias na cidade de Maputo estão dedicadas à agricultura urbana de alguma forma (ENGEL, JÚNIOR, 2019; ENGEL *et al.*, 2019).

No distrito municipal de KaMavota concentra-se a maior área de zonas verdes, situada na planície costeira ao norte da cidade. Desde o início das obras da nova Estrada Circular de Maputo em 2012, a área tornou-se acessível à urbanização (Figura 1). Até poucos anos atrás, apenas aldeamentos dispersos existiam no local, cuja população há décadas se dedica ao cultivo de hortícolas e à pesca. Entretanto, KaMavota experiênciava uma enorme transformação socioespacial. A atratividade da zona costeira apresenta novas oportunidades para a acumulação de capital imobiliário, onde a expansão da cidade promoveu um aumento significativo nos valores da terra seguindo a lógica do mercado (BEJA da COSTA; RIBEIRO, 2019). Além disso, a variabilidade climática com a escassez de água no inverno e chuvas intensas no verão influencia a produção, os preços e a pressão gerada por pragas. Sendo uma zona úmida e inundável, localizada nas áreas baixas, os impactos da subida do nível do mar promovem a intrusão salina que dificulta a produtividade das práticas agrícolas (ENGEL, JÚNIOR, 2019).

Figura 1. Mudanças no uso do solo na zona costeira de Maputo, Distrito KaMavota.



Fonte: Axel Prestes Dürrnagel (2021).

Para evitar o desaparecimento gradual da agricultura urbana e para que os agricultores consigam enfrentar estes desafios, o acesso à informação e recursos é fundamental. As Relações entre os agricultores e com as diversas instituições viabilizam este acesso e a existência do capital social é central para o estabelecimento e manutenção de relações que promovem o fluxo de informações e conhecimento (DUQUE, 2013). Considerando que o espaço urbano é o produto de inter-relações, este estudo tem o propósito de investigar as relações entrelaçadas aos agricultores. Sobretudo, procuramos identificar as relações que promovem o desenvolvimento sustentável para assegurar uma posição estável dos agricultores no espaço relacional.



O estudo está estruturado da seguinte forma. As “Considerações Teóricas” na próxima seção introduzem os conceitos de espaço relacional e capital social, seguida pelos “Procedimentos Metodológicos”. Depois, a apresentação dos resultados é realizada ao longo de duas seções. “As associações de camponeses e relações horizontais” enfatizam o apoio social entre os agricultores, enquanto “O apoio institucional através de relações verticais” enfoca os vínculos com atores em diferentes posições de poder como entidades governamentais. A “Conclusão” resume os resultados do estudo em favor do fortalecimento do papel da agricultura urbana em Maputo.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

A abordagem teórica deste estudo está fornecida nesta seção. Baseia-se nos conceitos de espaço relacional e capital social, que se complementam e se pressupõem como foco central nas relações.

a) O espaço relacional

A compreensão do espaço como entidade relacional tornou-se recorrente nas ciências geográficas com o início do novo milênio (MURDOCH, 2006). Este caminho orientador foi incentivado principalmente pelas obras de David Harvey (1996) e Doreen Massey (1991, 1998, 2005). A ideia que o espaço não é um "contenedor", mas depende dos processos que o compõem presente na obra de Harvey (1996) derivou do trabalho anterior de Leibniz (1968) e Whitehead (1920). Leibniz declarou que um lugar e um espaço não são realidades absolutas, mas existem apenas em relação aos processos que os compõem, e Whitehead forneceu a ideia básica de que estes processos decorrem das relações. Portanto, são as relações que dão origem às unidades espaciais, que possuem uma permanência relativa. O processo de formação de um lugar se torna um processo de "esculpir as permanências" do fluxo de processos que criam o espaço. No entanto, as permanências não são eternas e sempre sujeitas às mudanças e dissoluções. (MURDOCH, 2006; HARVEY, 1996). Sendo assim, o espaço não é uma entidade absoluta e fechada, mas é construído por processos dinâmicos e abertos constituídos por conjuntos de diversas relações entre pessoas e

entidades (MASSEY, 2005). Segundo Massey (1991), o espaço torna-se um ponto de encontro onde as diversas relações se cruzam, onde conflitos podem surgir e consensos podem se consolidar.

Estas ideias são ilustradas com a ajuda da fotografia abaixo (Figura 2). O que a fotografia mostra é que não existe uma verdade sobre o lugar ilustrado, mas são diversas as relações que se encontram no local. Uma camponesa se relaciona com este lugar através da prática agrícola enquanto um pedreiro relaciona-se através da prática de construção. Como neste caso, são diferentes constelações de relações que produzem esta formação espacial. Assim, um espaço discreto de uma permanência (temporal) é esculpido quando determinados processos, relações e práticas entram em relativa estabilidade.

Figura 2. Diversas constelações de relações produzem formações espaciais.



Fonte: Axel Prestes Dürrnagel (2021).

Para entender, porque um determinado espaço se torna discreto enquanto outra formação espacial não surge, as relações existentes no local têm que ser rastreadas (MURDOCH, 2006). As relações podem ser consensuais, feitas a partir de acordos e alinhamentos entre entidades. No contexto da fotografia, uma relação com entidades governamentais pode dar origem a um título de uso do solo para a camponesa ou uma licença de construção a favor da obra. Ao mesmo tempo,



relações são contestadas porque a construção de um conjunto de alinhamentos pode envolver a exclusão de outros conjuntos de alinhamentos. Portanto, o espaço relacional é um espaço de relações de poder em que alguns alinhamentos passam a dominar durante um certo tempo, enquanto outros alinhamentos podem passar a ser dominados (Murdoch, 2006). No contexto da fotografia, podemos dizer que existe a tendência de que os processos e relações a favor da prática da construção estão ganhando uma estabilidade dominante enquanto a prática agrícola será dominada, desaparecendo gradualmente.

Da mesma forma, como as constelações de relações produzem formações espaciais, indivíduos e grupos sociais também se encontram em constelações de relações de poder que determinam o acesso aos lugares. Os grupos sociais são colocados em conjuntos de relações (consensuais e/ou contestados) de forma que as relações constroem o espaço. Assim, se pode deduzir que os grupos sociais tomam uma posição no espaço através das relações que lhes abrangem. Portanto, as interações de indivíduos e grupos com outros atores e entidades, e a qualidade das relações e alinhamentos, podem impedir ou facilitar o acesso aos espaços e permitir ou excluir o exercício de controle e autonomia sobre a posição relativa no espaço relacional (MASSEY, 1998; MURDOCH, 2006).

b) O conceito de capital social

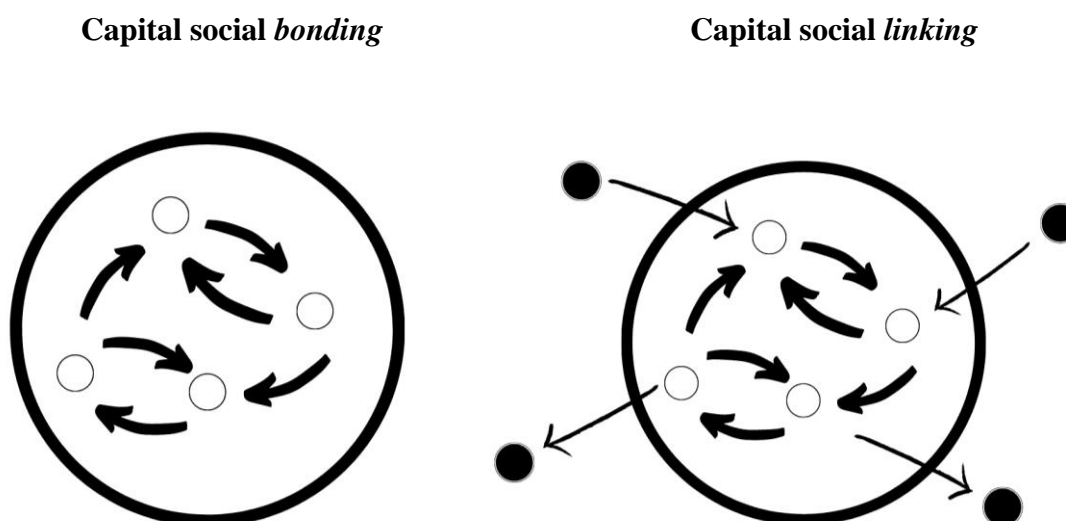
O conceito de capital social implica essas características sócio-relacionais. O capital social pode ser entendido como um recurso (resultado e promotor) das interações entre pessoas e instituições sociais num processo de troca de informações e conhecimento (DUQUE, 2013). Segundo Putnam, o capital social “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (1993: 167). O autor também se refere à obra de Coleman (1990) com o exemplo do capital social numa comunidade de camponeses, o que permite a cada agricultor fazer o seu trabalho com menos capital físico através da entreaajuda e da troca de ferramentas e equipamentos. Oposto ao individualismo social, este exemplo está baseado em interações e relações de confiança e cooperação entre os indivíduos promovendo assim processos mais amplos



de cooperação e de ação coletiva para resolver problemas e atingir objetivos comuns (DUQUE, 2013).

Conforme as contextualizações contemporâneas na literatura (GITTEL, VIDAL, 1998; PUTNAM, 2000; ADGER, 2003), distinguimos duas dimensões do capital social para a nossa análise (Figura 3). Por um lado, o capital social que é criado e mantido por relações horizontais (*bonding social capital*) dentro de um grupo ou uma comunidade com uma homogeneidade relativa. Essas relações são constituídas por confiança e uma rede fortemente entrelaçada. Caracteristicamente, é vinculado com relações de parentesco e relações construídas em torno de uma localidade vivida em comum. Assim, a interação e a partilha de conhecimentos e informações ocorre com continuidade e a reciprocidade facilita a entreatajuda em tempos de crise (ADGER, 2003). Por outro lado, temos o capital social que é estabelecido através de relações que implicam interações e relações de um grupo com atores externos ao grupo. Neste contexto, existe uma distinção na literatura entre relações que fazem a ponte entre grupos (*bridging social capital*) e relações verticais que fazem a ligação com atores em diferentes posições de poder (*linking social capital*) (WOOLCOCK, 1998; GITTEL, VIDAL, 1998; ADGER, 2003).

Figura 3. As relações das duas dimensões do capital social



Fonte: Adaptado de Adger (2003).



Segundo Briggs (1998), o apoio social através das relações horizontais serve para “virar-se” em situações difíceis da vida, enquanto a alavanca social das relações verticais é chave para “chegar à frente”. No caso do capital social *bonding* em uma comunidade de camponeses, as relações são criadas e mantidas através da proximidade espacial dos indivíduos do grupo no campo, dando assim forma às peculiaridades espaciais de um lugar através das práticas coletivas e consensuais do grupo. Contudo, as relações verticais e o capital social *linking* não pressupõem fortes laços de confiança e reciprocidade, mas alianças com estruturas e instituições estatais, que permitem o acesso a recursos que o círculo social do grupo não pode alcançar por si só (WOOLCOCK, 1998; ADGER, 2003).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo está baseado numa abordagem qualitativa que coloca as relações sociais dos camponeses no foco da análise. O distrito municipal de KaMavota, localizado na zona costeira de Maputo, representa o estudo de caso. KaMavota foi escolhido devido à sua representatividade, sendo a maior área de produção de horticulturas da cidade, que, em simultâneo, enfrenta as maiores transformações socioespaciais e ambientais. O trabalho de campo realizado pelos três autores ocorreu entre os meses de maio e outubro de 2021. Como a concepção de um estudo de caso requer uma compreensão holística e profunda da complexidade, o estudo é composto por dados qualitativos derivados de diferentes métodos de recolha. Além da revisão literária, observação participante, e documentação visual com fotografias, foram realizadas conversas informais e entrevistas semi-estruturadas com agricultores e representantes das associações de agricultores e das estruturas administrativas.

a) As associações de camponeses e relações horizontais

Nas zonas verdes de Maputo existe uma estrutura sofisticada de cerca de 14.500 agricultores organizados em 34 associações (ENGEL *et al.*, 2019). O distrito de Kamavota é o maior em termos de terras cultivadas. Nesta planície costeira existem 11 associações com mais de 6.000 membros que cultivam uma área total de 814 hectares (Tabela 1). No distrito de



KaMubukwana, no vale do rio Infulene, existem 15 associações, mas suas áreas contam apenas 422 hectares (Entrevista com presidente da União dos Agricultores, 05.10.2021).

As associações de camponeses atendem a fins políticos, sociais, jurídicos, educacionais e econômicos. Para ser membro das associações, os agricultores pagam uma taxa anual baseada em valores solidários (250 Meticais) e participam em reuniões regulares. São organizadas democraticamente e a estrutura organizacional é caracterizada por uma hierarquia com diferentes cargos, semelhante em todas as associações. Três níveis são dignos de destaque:

- (1) O Conselho de Administração com os cargos de presidente, vice-presidente e secretário, a Assembleia Geral e o Conselho de Fiscalização compõem o nível hierárquico mais alto.
- (2) O nível tático é constituído por pessoas que possuem mandatos específicos como os chefes da produção, chefes das valas de drenagem e também os tesoureiros.
- (3) O terceiro nível se refere ao nível operacional que inclui todos os membros das associações.

Em entrevista, uma camponesa, que está em seu segundo mandato eletivo como presidente de uma associação, explicou que certas associações contando com mais de 200 membros, ainda mantêm o cargo do chefe do bloco. Este, funciona como o intermediário entre o nível mais alto de liderança e o nível operacional, mantendo-se como elemento central na cadeia de informação e comunicados na associação. Em diferentes conversas, observou-se que a estrutura hierárquica é valorizada pelos membros do nível operacional. Uma camponesa, por exemplo, constatou que: “era para organizar uma associação que resolve as coisas, tem o seu líder, não faria sentido um sítio amplo sem alguém dirigindo, ser responsável” (Entrevista com camponesa I, 25.08.2021). Igualmente, a função das associações na resolução de conflitos e o fato de ter alguém responsável na estrutura organizacional para ser contatado em caso de disputas internas ou roubos de produtos foi acrescentado: “se qualquer coisa acontece é só informar a associação para resolver, por exemplo, se tem ladrões que roubam a produção” (Entrevista com camponesa II, 25.08.2021).



Tabela 1. As associações de KaMavota

N.	Nome da Associação	Fundada em
01	Albazine	1977
02	Costa do Sol	década de 1990
03	Djaulane	1984
04	Eduardo Mondlane	1982
05	Armando Emílio Guebuza	1987
06	Graça Machel	1983
07	Joaquim Chissano	1994
08	Lirandzo	sem data
09	Massacre de Mbuzini	1986
10	Samora Machel	1983
11	Tomas Sankara	1986

Fonte: Adaptado de Engel (2019).

b) Uma longa história de ação coletiva

Os campos das associações são localizados nas zonas verdes de Maputo, caracterizadas por extensos campos de cultivo compostos por conjuntos contíguos de hortas, denominadas machambas. Enquanto as associações representam a estrutura organizacional mais recente, os campos representam as zonas agrícolas tradicionais, presentes nas áreas periurbanas desde o período colonial, quando já eram cultivados através de cooperativas.

Segundo Siteo e Sitole (2019), o processo de criação das associações agrícolas moçambicanas teve diversas fases. No período colonial, as cooperativas existentes eram constituídas por uma minoria de pequenos produtores brancos que buscavam apoio e isenção fiscal ou, mais tarde, por camponeses pobres em algumas experiências de desenvolvimento rural. Após a independência em 1975, com a nacionalização da terra, o cooperativismo foi oficializado e o



Estado socialista sob a direção da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) criou o Escritório de Organização e Desenvolvimento das Cooperativas Agrícolas com os objetivos de promover o intercâmbio, incentivar a unidade, coordenar o uso de recursos e de pessoal, e incentivar a coletivização dos agricultores. Neste período, o Estado forneceu sementes e ferramentas, encorajou o cultivo nas terras abandonadas pelos colonos, e utilizou-se dos ‘grupos dinamizadores’ — comitês baseados nos bairros — para mobilizar os residentes a formar cooperativas (SHELDON, 1999). Em Maputo, as zonas verdes foram desenvolvidas para a autossuficiência agrícola, visando tornar a população urbana menos vulnerável às interrupções na cadeia de abastecimento alimentar (ENGEL et al., 2019).

O período seguinte, durante a guerra civil que durou até 1992, foi acompanhado por uma seca prolongada. Por conseguinte, a produção nas zonas verdes intensificou-se devido à ruptura da oferta alimentar vinda das zonas rurais e ao aumento da procura causado pela migração de pessoas para a cidade (SHELDON, 1999). Desde a década de 1980, além do cultivo das machambas nas zonas verdes, os quintais das residências representam uma importante fonte de abastecimento para as famílias. Estas, continuam a depender de habilidades rurais, que envolvem não apenas a atividade agrícola em si, mas também valores focados na família, etnia e religião (LOFORTE, 1989 *apud* SHELDON, 1999). Nas últimas décadas, o movimento cooperativo perdeu importância, particularmente a partir de 1990, quando as cooperativas se tornaram registradas como uma empresa cooperativa privada sob a égide da União Geral das Cooperativas Agrícolas e Pecuárias (CRUZ e SILVA, 2006). Apesar dos benefícios para os seus membros, como a comercialização conjunta e o aumento do poder de negociação, esta mudança foi frequentemente associada ao ressentimento de trabalhar para outra pessoa sob o comando e controle de cima para baixo.

Atualmente, as associações agrícolas representam a forma dominante de organizações coletivas de produtores e o papel das associações aumentou significativamente durante os últimos anos. Em contraste com as cooperativas, o acesso à terra e a autonomia em termos de utilização e produção representa o incentivo mais poderoso para os membros das associações (BARGHUSEN *et al.*, 2016). No campo jurídico, por pressão dos movimentos associativos, o Decreto-Lei n. 2/2006 estabeleceu “o reconhecimento do associativismo agrícola como forma de congregar os esforços individuais dos agricultores e de melhorar a sua organização e articulá-los com outros sectores da economia e da sociedade” (SITOE, SITOLE, 2019: 3).



c) A proximidade espacial e o valor da família

No contexto dessa história profunda e como apresentado na abordagem teórica, no quadro das relações horizontais, a proximidade espacial e as relações de parentesco são peças chave no contexto do capital social *bonding* e os resultados do estudo sustentam o argumento. A proximidade espacial com outros agricultores nos campos vizinhos desempenha um papel importante. Considerando que o capital social *bonding* é constituído por confiança e uma rede fortemente entrelaçada, a proximidade física no espaço partilhado causa interação, cria um espírito comunitário de pertença social a causas específicas e solidariedade mútua, viabilizando processos de aprendizagem e troca de conhecimentos. Fruto do capital social, também é a entreatajuda dos camponeses baseada em reciprocidade como foi declarado: “entre os vizinhos nos ajudamos, se algo está em falta, por exemplo, nos damos mudas se precisa. Eu me dou bem com os vizinhos, são colegas” (Entrevista com camponesa I, 25.08.2021). A importância do capital social através das relações horizontais para “virar-se” em tempos de crise foi igualmente verificada em um estudo sobre Maputo realizado por Paganini et al. (2020). Para enfrentar a crise da Covid-19, segundo os autores, os agricultores dependiam principalmente do capital social, ou seja, a maioria das suas estratégias de sobrevivência foram desenvolvidas no seio da sua família imediata, nas redes agrícolas ou nos bairros.

Devido ao fato de que os canteiros nas machambas são hereditários e transmitidos de geração em geração, a importância da própria família se destaca além da proximidade espacial. Muitos agricultores, que cultivam como membros nas associações, herdaram as machambas dos parentes, estando a propriedade em posse familiar há décadas, eles já se encontravam no terreno antes mesmo da fundação das associações. Assim, foi acentuado que “a associação não é dona das terras. Os donos das terras são os próprios membros da associação” (Entrevista com camponesa III, 25.08.2021). Portanto, a motivação para fazer o trabalho diariamente é muitas vezes associada com o sustento familiar: “Consigo sustentar a família, minha filha que vai na escola, por causa da machamba. Não sei como vai ser no futuro, não tem outra coisa para me encaixar” (Entrevista com camponesa II, 25.08.2021). Quando há muito trabalho, como nos períodos da colheita, é comum os familiares ajudarem no campo, mas apesar disso, os agricultores mais velhos dominam nas



zonas verdes e muitos se preocupam com o fato da agricultura não oferecer muita atratividade para os jovens.

d) A crescente pressão sobre as relações horizontais

A preocupação com a perda dos espaços de produção foi onipresente durante o trabalho de campo. Enquanto a persistência das zonas verdes em KaMavota era incontestada no passado, hoje a maioria das associações já entregou partes das áreas. Devido à pressão da urbanização, uma associação recentemente cessou suas atividades de produção agrícola. Uma camponesa que era membro dessa associação comentou que ela conseguiu um rendimento ao entregar as machambas. No entanto, para sustentar a sua família, ela continua dependendo do cultivo em outros lugares e sofre, pois, as novas machambas estão localizadas em uma zona rural distante da sua residência, o que implica deslocamentos longos e de alto custo.

No contexto da sua criação, as associações foram frequentemente nomeadas em homenagem a importantes figuras dos movimentos de liberdade e independência moçambicanos e africanos como, por exemplo, Samora Machel e Tomas Sankara (Tabela 1). Isto reflete o contexto sócio-político e histórico que, até hoje, continua a ser reforçado na identidade coletiva dos membros das associações e nas lutas por direitos e soberania alimentar. Portanto, segundo o presidente da União dos Camponeses, a luta dos camponeses é contínua desde os tempos da independência, mesmo que o maior oponente tenha se tornado a expansão da cidade guiada pelos interesses imobiliários:

Em KaMavota há muitos conflitos de terra porque KaMavota está perto da praia e todo mundo olha pra zona com muito interesse (...), portanto há maior conflito entre o espaço agrícola e o espaço de habitação então é uma luta que nós estamos a enfrentar (Entrevista com presidente da União dos Agricultores, 05.10.2021).

Estes processos trazem novos conflitos e erosão da coesão social na organização interna das associações. O capital social baseado em relações de confiança e cooperação entre os membros é contestado no que se refere às decisões sobre a mudança de atividade, que transformam áreas agrícolas em áreas de habitação. A discrepância massiva entre o valor do uso da terra através da prática agrícola e o valor de troca no mercado de terra intensificam os conflitos e incentivam as tendências de usurpação por práticas corruptas e ilegais de terceiros. A apropriação ilegal chegou



a um clímax quando, por exemplo, uma associação foi infiltrada por indivíduos que criaram uma associação falsa utilizando as identidades dos membros. O objectivo era privar os agricultores individuais dos seus campos e direitos para construir condomínios habitacionais, movidos por interesses escusos e ganância. Neste caso, um membro da associação afetada expressou que “esse é o grande problema que nós temos, a nossa associação perdeu a identidade (...) temos esse grande problema, mas acredito que vamos vencer” (Entrevista com camponês IV, 30.08.2021).

Mesmo que na altura do trabalho de campo, o incidente ainda não tenha sido resolvido, uma visão optimista se destaca. Isto está vinculado com a capacidade das associações em exigir assistência jurídica de instituições estatais através das relações verticais dos agricultores, o que também inclui interações com instituições e atores poderosos descritos a seguir.

O APOIO INSTITUCIONAL ATRAVÉS DE RELAÇÕES VERTICAIS

A agricultura urbana no contexto da cidade de Maputo é considerada uma atividade vital (ENGEL *et al.*, 2019), apesar da sua vulnerabilidade, que propicia a existência de desafios específicos como os ligados às estruturas organizacionais. Com vista a responder às diversas adversidades inerentes às atividades, existem canais para a difusão do conhecimento e inovação facilitada por uma vasta colaboração de instituições que têm direta e indiretamente contribuído com apoio e orientação aos mais de 14.500 mil agricultores. No quadro de apoio aos agricultores urbanos, encontramos dois grandes grupos, nomeadamente as instituições públicas (governamentais) e as da sociedade civil (ONGs, organizações de carácter humanitário).

a) Instituições públicas e governamentais

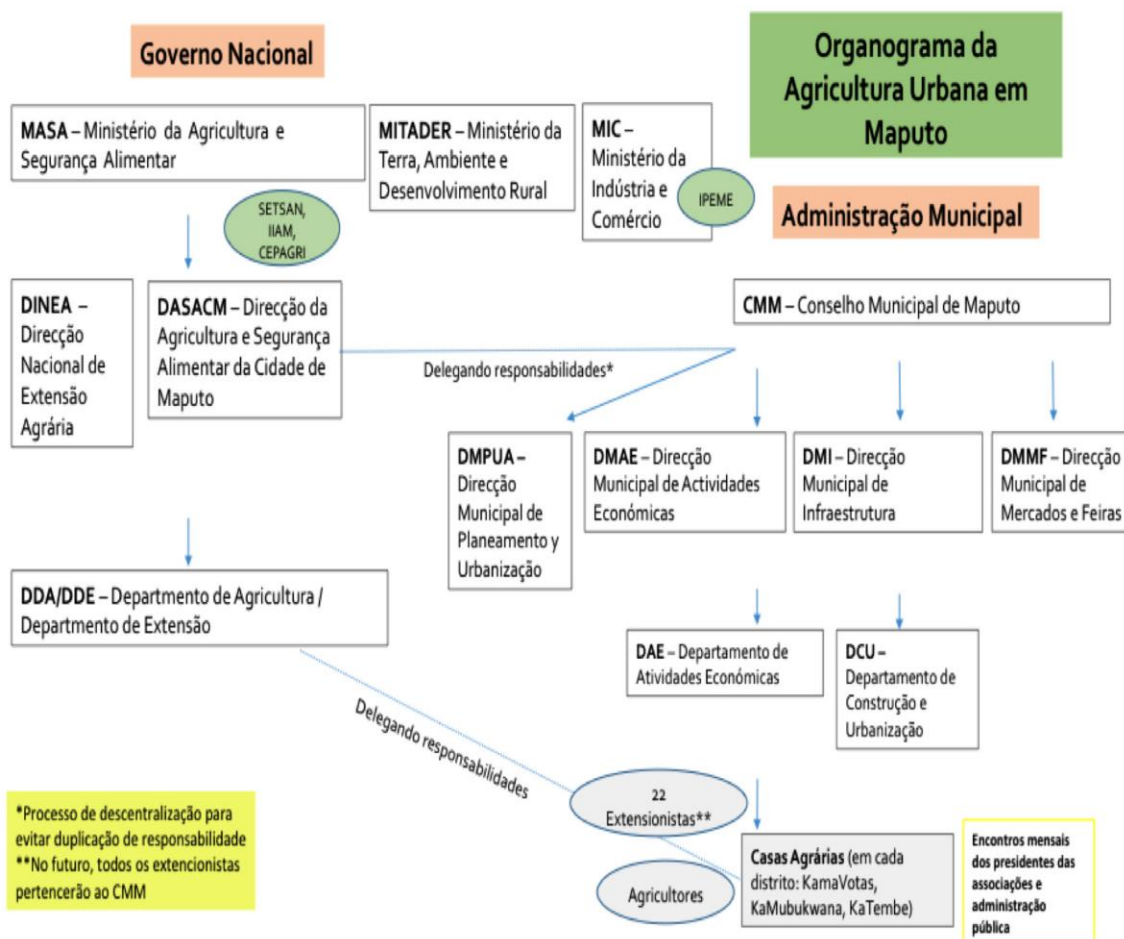
A agricultura urbana no contexto de moçambicano, e em Maputo em particular, é desprovida de uma política específica, ao contrário da agricultura considera rural, o que torna difusa a responsabilidade sobre esta temática. No entanto, a situação da Cidade de Maputo começa a ganhar forma com o envolvimento do Conselho Municipal de Maputo (CMM) através do Departamento de Agricultura, Pesca, Pecuária e Extensão (DAPPE), os Serviços de Actividades Económicas, e o Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Entretanto, por ser um tema



por vezes transversal dependendo do contexto, algumas outras instituições têm dado alguma contribuição às atividades de divulgação da agricultura urbana, como o caso do Ministério de Indústria e Comércio, e o Ministério da Terra e Ambiente (Figura 4) a fim de: (i) aumentar a produtividade agrícola, (ii) melhorar as infra-estruturas de acesso ao mercado e investimento, (iii) melhorar a utilização sustentável dos recursos naturais, e (iv) fortalecer institucionalmente as associações de agricultores. Como as atividades agrícolas sempre permitiram uma grande abertura para a pesquisa, importa realçar algumas instituições públicas que também se dedicam às atividades nas zonas verdes como a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM).

As instituições públicas representam os agentes de inovação e promotores de conhecimento, que através de pesquisas técnicas, podem prover soluções específicas e adaptadas a certos problemas como a variabilidade climática e a pressão das pragas. Estas ações, promovidas de forma vertical tem como propósito atingir os 14.500 agricultores da cidade de Maputo. Os mesmos são tutelados por uma União de Agricultores que zela pelos interesses de todos, conforme descrito no capítulo das relações horizontais. Um dos pontos relativamente positivos desta relação vertical, entre as instituições e a União dos Agricultores, é a posição de destaque das Casas Agrárias, que funcionam como instituições locais, isto é, localizam-se na zona/área de produção tornando-se responsáveis diretos pela implementação das ações das várias instituições públicas e ONGs, e sendo a ligação entre essas entidades e a União dos Agricultores. As Casas Agrárias tentam promover a agricultura e a agroecologia baseadas nas redes de intervenientes agrícolas urbanos citados. A função chave da Casa Agrária e o apoio pelo governo também foram revelados durante uma entrevista: “Com o apoio da Casa Agrária, a direção da agricultura, Conselho Municipal; porque se quer apoiar a associação, começa aqui na base que é na machamba, onde nos encontramos” (Entrevista com presidente de uma associação, 02.09.2021).

Figura 4. Organograma das relações verticais



Fonte: Adaptado de Halder et al. (2018).

As relações verticais entre os agricultores e o governo promovem a troca de conhecimentos e competências. Essa coprodução se refere não só à extensão agrícola e atribuição de direitos de terra aos agricultores, mas também ao fornecimento de conhecimento local sobre as condições de produção às entidades governamentais. Assim, ao longo deste processo, sobretudo nos últimos anos, surgiram várias iniciativas como o Plano de Agricultura Urbana, experimentos de produção em solos com um índice de salinidade elevado e a massificação do processo de atribuição de DUATs às associações dos produtores.

O Plano de Agricultura Urbana surge como um mecanismo de ação para fazer valer as premissas definidas no Pacto de Milão, no qual cerca de 190 cidades incluindo Maputo, se comprometem a desenvolver a agricultura urbana. O que se pretende é construir de forma coletiva



e participativa um instrumento que espelha a visão dos diferentes atores sobre a agricultura urbana, definindo-se por via disso o que se pretende fazer, quem são os atores a envolver e como se vai fazer. Aliado ao facto, que a agricultura urbana contribui para produção de alimentos perto dos lugares de consumo, mas também para geração de empregos e rendas e para melhoria da qualidade do ar e do ambiente nas cidades, os passos de construção desse instrumento não serão diferentes daqueles considerados na elaboração de instrumentos existentes como, por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Distrital (PDD) e o Plano Local de Adaptação a Mudanças Climáticas (PLA). Nestes, se prima fundamentalmente pela inclusão e participação de diferentes atores nos diagnósticos em vários níveis. Neste contexto, o documento está a ser trabalhado em dois níveis, sendo nível político onde se definirá de forma estratégica onde se pretende chegar num horizonte temporal de 5 a 10 anos e no nível operacional, onde se vai ter um plano de ação conforme os setores.

O projeto Estratégias de Mitigação de Salinidade de Solos nos Sistemas de Produção de Hortícolas em Moçambique (SaliHort) tem como objectivo aplicar algumas inovações no manejo da salinidade na agricultura e adaptá-las ao contexto moçambicano. As zonas verdes de Maputo constituem um local ideal para o estudo piloto das estratégias inovadoras de manejo de salinidade do solo sob forte participação de agricultores. Isto deve-se ao seu contexto único de: (i) a salinidade do solo ser uma questão premente, (ii) o elevado nível de organização da comunidade agrícola, (iii) a forte estrutura de extensão agrícola, (iv) a proximidade de renomadas instituições de investigação e desenvolvimento. Embora o foco principal esteja nos sistemas de produção de hortícolas, o projeto pretende abordar questões para além desta área prioritária, e gerar ganhos de conhecimento tangíveis. Assim, são implementadas as seguintes atividades: experimentos científicos, escola na machamba do agricultor, promoção da monitorização da salinidade e da saúde do solo com base em sensores, e fomento de redes sobre manejo da salinidade na agricultura.

Os DUATs (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra) são considerados documentos que dão acessibilidade e segurança legislativa sobre a terra, e este ponto segundo Halder et al. (2018) constitui uma das principais preocupações dos agricultores da agricultura urbana em Maputo. Face a este problema, das 34 associações de agricultores existentes na cidade de Maputo, apenas 14 estão sem o DUAT definitivo. Em resposta ao problema identificado, foi desenhado um plano de massificação da atribuição de DUATs agrícolas pelo Conselho Municipal de Maputo no atual



mandato (2019 – 2023), como reforço ao objectivo de salvaguardar e proteger as áreas agrícolas existentes.

Esta necessidade de massificação do processo de DUATs nas associações agrícolas, prende-se a um movimento denominado mudança de atividade (mudança de uso do solo urbano - de uso agrícola para construção civil e habitação) que vem sendo muito explorado pelas associações. Em coerência com a pressão da urbanização e o aumento dos valores da terra, que de certa forma resultaram na ocupação de áreas agrícolas com edifícios de moradias. Porém, após vários episódios de conflito de terra que foram relatados às diferentes instituições, como o Conselho Municipal de Maputo, foi definida a interdição de todo e qualquer processo de solicitação de mudanças de atividades. Este esforço foi desenvolvido de forma preponderante com a União dos Agricultores da Cidade que, como detalha o atual presidente, representa instituição intermediária e fundamental nas relações verticais:

Nós somos reconhecidos como uma organização para defender o interesse do camponês. Então a coisa boa que nós temos em relação com o governo moçambicano é que nos reconhecem e nos valorizam, e valorizam também a atividade e por essa razão toda a nossa inquietação é tomada em consideração (Entrevista com presidente da União dos Agricultores, 05.10.2021).

O grande empenho desenvolvido para a constituição das associações e posteriormente a União, permitiu que as relações verticais entre as entidades pudessem ser estruturadas, seguindo uma lógica de comunicação.

b) ONGs e organizações de carácter humanitário

No contexto das ONGs, se destaca o papel de apoio na sustentabilidade e/ou no desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, por parte da ESSOR, uma ONG francesa que apoia a produção agroecológica incluindo a introdução de um sistema de produção e certificação participativa, cujo período de vigência de projeto foi de 2010 – 2013 (Ia fase) e 2013 – 2016 (IIa fase). De modo a dar continuidade às atividades iniciadas pela ESSOR, surgiu a ABIODES, cuja vocação está na implementação de atividades ligadas à cadeia de valor da agroecologia, mudanças climáticas e meio ambiente. Outra organização moçambicana é a Kulima, que tem como propósito melhorar a situação socioeconômica das comunidades vulneráveis, especializada em segurança alimentar e nutrição. A ONG Africarte é uma organização ligada à Igreja Católica cuja temática é



a agricultura natural, reduzindo o uso de agroquímicos nas hortas quintalares. Outrossim, existem iniciativas de projetos liderados pela ACDI/VOCA que visam a promoção do crescimento econômico através da prestação de assistência técnica e de gerenciamento agrícola.

De forma geral, os objetivos das ONGs nas atividades da agricultura urbana incluem a difusão de inovação e informação, a formação, o acompanhamento de atividades e a criação de redes. Estas relações verticais com as ONGs são de particular importância, dado que a capacitação de novas tecnologias, inovações e estratégias de adaptação às mudanças climáticas proporcionam o acesso a conhecimentos e recursos que não estão acessíveis através das relações horizontais. Por isso, constituem o capital social que faz a ligação chave para “chegar à frente”. Sendo assim, essa peculiaridade também tem plena consciência no círculo dos agricultores como foi afirmado durante uma entrevista:

Eles (...) trazem para nós o desenvolvimento da agricultura (...), porque nós como estamos no mesmo ambiente talvez não investigamos tanto para saber como que está a evoluir. Eles (...) trazem novas técnicas para acompanharmos enquanto possível (Entrevista com camponês IV, 30.08.2021).

CONCLUSÃO

As características chaves da agricultura urbana em Maputo são as zonas verdes e as atividades coletivas em associações. No entanto, as áreas de produção estão cada vez mais ameaçadas pela urbanização acelerada e pelos efeitos da mudança climática. O objetivo deste estudo era examinar as inter-relações entre os agricultores que promovem o desenvolvimento sustentável. Utilizando o distrito de KaMavota como exemplo, foram elaboradas duas dimensões de relações que permitem aos agricultores assegurar uma posição estável no espaço relacional para conseguirem enfrentar os desafios.

Destacam-se por um lado a dimensão das relações horizontais entre os agricultores baseadas na proximidade espacial, em relações de parentesco, e sobretudo no contexto coletivo das associações. Organizadas com base em princípios democráticos e por reuniões regulares, as associações viabilizam o acesso e o compartilhamento de informações, protegem em tempos de crise e criam capital social. A segunda dimensão se refere as relações verticais constituídas por vínculos com entidades e atores em diferentes níveis de poder. Portanto, não só as instituições



públicas e governamentais, mas também a sociedade civil com ONGs e organizações de carácter humanitário dedicam-se a apoiar a agricultura urbana de diversas formas., Entre as ações, destacam-se o acesso a inovações e novas tecnologias através da formação e extensão agrícola e também a segurança fundiária através da atribuição de DUATs.

Enfim, é indispensável considerar as duas dimensões das relações e do capital social de forma integrada. Poder "virar-se" e a capacidade de "chegar a frente" são mutuamente dependentes e os esforços dos atores governamentais e de outros sectores devem levar isso em consideração na articulação de políticas públicas e no planeamento de projetos sociais. Como foi apresentado no contexto de Maputo de forma detalhada, existe a necessidade de se unirem vários esforços para que em conjunto, os intervenientes possam salvaguardar as condições naturais específicas do ambiente e valorizar os praticantes da agricultura.

LISTA DAS ENTREVISTAS CITADAS

1. Entrevista com camponesa I, realizada em 25.08.2021, Maputo.
2. Entrevista com camponesa II, realizada em 25.08.2021, Maputo.
3. Entrevista com camponesa III, realizada em 25.08.2021, Maputo.
4. Entrevista com camponês IV, realizada em 30.08.2021, Maputo.
5. Entrevista com presidente de uma Associação, realizada em 02.09.2021, Maputo.
6. Entrevista com presidente da União dos Agricultores, realizada em 05.10.2021, Maputo.

REFERÊNCIAS

ADGER, W. N. Social Capital, Collective Action, and Adaptation to Climate Change. **Economic Geography**, v. 79, n 4, p. 387–404, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1944-8287.2003.tb00220.x>

BARGHUSEN, R.; BAYER, S.; KIESLER, T.; KRUPP, L.; MAHLKOW, H.; MAIA, E.; MÜLLER, L.; NEUWALD, M.; SPÄTH, K.; WAGNER, N. **Urban Agriculture in Maputo: Status Quo**. Humboldt-Universität zu Berlin, Berlin, 2016.



BEJA da COSTA, A.; RIBEIRO, L. On the Coastline: The Genesis of Green Infrastructure Towards a Future Sustainable Landscape for the City of Maputo, Mozambique. **Proceedings of the Fábos Conference on Landscape and Greenway Planning**, v. 6, n. 6, p 1–14, 2019. doi: <https://doi.org/10.7275/40vy-7122>

BRIGGS, X. DE S. Brown kids in white suburbs: Housing mobility and the many faces of social capital. **Housing Policy Debate**, v. 9, n. 1, p. 177–221, 1998. doi: <https://doi.org/10.1080/10511482.1998.9521290>

COLEMAN, J. S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990

CRUZ e SILVA, T. The General Union of Cooperatives of Maputo: An Alternative Production System? In B. D. S. SANTOS (Org.), **Reinventing social emancipation**: Vol. 2. Another production is possible: Beyond the capitalist canon, 2006, p. 95–120.

DUQUE, E. Capital social como instrumento de desenvolvimento sustentável. **Configurações**, n. 11, p. 189–201, 2013. doi: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.1862>

ENGEL, E., PAGANINI, N., CHICAMISSE-MUTISSE, L., CUMBANA, I., FIEGE, K., KÜHN, A., KANOSVAMHIRA, T., HALDER, S., SCHELCHEN, A., MFAKU, A., et al. **Farming in Cities. Potentials and Challenges of Urban Agriculture in Maputo and Cape Town**; SLE Discussion Paper; Urban Research Farmer Group Cape Town, SLE: Berlin, 2019.

ENGEL, E.; JÚNIOR, M.S. Boas Práticas Agrícolas e Agroecologia para Agricultores. Humboldt-Universität zu Berlin, Berlin, 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.28766.18242>

GITTELL, R. J.; VIDAL, A. **Community organizing. Building social capital as a development strategy**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1998.

HALDER, S.; AGÜERO, J.; DOLLE, P.; FERNÁNDEZ, E.; SCHMIDT, C.; YANG, M. **Perspectives of Urban Agriculture in Maputo and Cape Town Dialogue, networks and future scenarios**. SLE studies, Berlin, 2018.

HARVEY, D. **Justice, Nature, and the Geography of Difference**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.

LEIBNIZ, G. **Leibniz: Philosophical writings**. New York, 1968.

LOFORTE, A. M. (1989) A persistência dos valores "tradicionais" nas comunidades urbanas e a etnicidade. **Trabalhos de arqueologia e antropologia** (Maputo), n. 6, p. 21-27, 1989.

MASSEY, D. A global sense of place. **Marxism today**, p. 24-29, 1991.



MASSEY, D. **Power-geometries and the politics of space-time**. Hettner-Lecture, Department of Geography, University of Heidelberg, Heidelberg, 1998.

MASSEY, D. **For space**. London: SAGE Publications, 2005.

MURDOCH, J. **Post-structuralist geography. A guide to relational space**. London, 2006.

PAGANINI, N.; ADINATA, K.; BUTHELEZI, N.; HARRIS, D.; LEMKE, S.; LUIS, A.; KOPPELIN, J.; KARRIEM, A.; NCUBE, F.; NERVI AGUIRRE, E.; RAMBA, T.; RAIMUNDO, I.; SULEJMANOVIĆ, N.; SWANBY, H.; TEVERA, D.; STÖBER, S. Growing and Eating Food during the COVID-19 Pandemic: Farmers' Perspectives on Local Food System Resilience to Shocks in Southern Africa and Indonesia. **Sustainability**, v. 12, n. 8556, 2020. doi: <https://doi.org/10.3390/su12208556>

PUTNAM, R. **Making democracy work. Civic traditions in modern Italy**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

PUTNAM, R. **Bowling Alone. The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

SHELDON, K. E. "Machambas" in the city: Urban women and agricultural work in Mozambique. Lusotopie. **Enjeux Contemporains Dans Les Espaces Lusophones**, 121–140, 1999.

SITOE, T. A.; SITOLE, A. Determinants of Farmer's Participation in Farmers' Associations: Empirical Evidence from Maputo Green Belts, Mozambique. **Asian Journal of Agricultural Extension, Economics & Sociology**, v. 31, n. 1, p. 1–12, 2019. doi: <https://doi.org/10.9734/ajaees/2019/v37i130259>

WHITEHEAD, A. **The concept of nature**. Cambridge, 1920.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, v. 27, n. 2, p. 151–208, 1998.



AGRADECIMENTOS

Dedicamos este estudo a todos que trabalham a terra e agradecemos a grande família da agricultura urbana de Maputo. Agradecemos em particular a todos que partilhavam as suas histórias conosco, as Associações e a União dos Agricultores, os colaboradores do projeto Salinidade, a ABIODES, e os estudantes da Universidade Eduardo Mondlane. Kanimambo!